



## NOTA DE REPÚDIO

O **Fórum de Reitores das Universidades Estaduais da Bahia** vem a público repudiar o editorial do jornal **O Globo**, publicado em 24/07/2016, intitulado "Crise força o fim do injusto ensino superior gratuito".

O texto sugere, como solução inovadora de reequilíbrio dos cofres públicos no contexto da atual crise econômica do país, "acabar com o ensino superior gratuito", sob a alegação de que as universidades públicas representam um grande ônus do ponto de vista orçamentário. Ainda de acordo com o editorial, as universidades funcionam como forma de manutenção de injustiça social, uma vez que a maioria dos ingressantes é oriunda de classe social mais alta. O texto indica como medida de ingresso, no que passaria a ser um "ensino superior público pago", a fórmula "pagará quem puder, receberá bolsas quem não tiver condições para tal".

A argumentação falaciosa que sustenta esse editorial reflete todo um sistema ideológico orientado, propositalmente, por uma perspectiva descontextualizada historicamente, imediatista, pontual e limitada, portanto, a ser combatida. Esse combate precisa se dar na firme e cotidiana defesa das universidades públicas brasileiras, asseguradas constitucionalmente em prol da educação superior pública, gratuita e de qualidade e por tudo o que tal educação representa na construção do país e em suas potências de transformação estrutural do cenário atual.

Não causa estranheza que, diante de todas as reformas sociais estruturais a serem implantadas, o editorial tenha escolhido como medida de reequilíbrio dos cofres públicos a extinção da universidade pública gratuita. São as universidades públicas e gratuitas que têm atuado, em coerência com seu histórico papel de formação e de produção de conhecimentos, como sentinelas na vigília e ampla divulgação dos mecanismos de desmonte do Estado democrático de direito, que interessa à lógica sobre a qual está assentado o oligopólio midiático brasileiro.

A essa lógica interessa refrear o processo de crescimento e consolidação das universidades públicas e gratuitas, em substituição a um modelo instrumental de ensino cuja primazia da pesquisa se orienta para fins que buscam resultados orientados pela dinâmica do "mercado de trabalho" e em um cenário em que a extensão se esvazia de sentido ao assumir uma pragmática assistencialista. Trata-se, assim, de adaptar a educação superior brasileira de modo a favorecer a sustentação da perspectiva neoliberal, que dissolve os princípios da formação em troca de informações como mercadoria, em conformidade com a lógica de autorregulação do capital.



De modo óbvio e perverso, essa argumentação escamoteia as razões estruturais dos problemas brasileiros e converte a solução na causa dos problemas. É desse modo que, mesmo tendo-se conhecimento, se pretende ignorar que o investimento na educação básica e a implementação de reformas importantes na educação são vias de ampliação de ingresso dos mais pobres nas universidades públicas. Também se ignora que reformas fundamentais, como a política, e a revisão dos investimentos públicos são causas de não se eleger a educação como via prioritária de desenvolvimento – portanto, causas, essas sim, de manutenção do *statu quo*. São essas as questões que inviabilizam as universidades públicas e gratuitas de cumprirem a contento com sua missão de inclusão e formação ampla.

Esse mecanismo discursivo que toma a superfície como o todo e que desconsidera quaisquer contextos é compatível com a lógica fetichista do capital, que esconde os processos de produção como forma de camuflar os seus efeitos de alienação estruturante. À luz desse pensamento, as universidades públicas passam a ser vistas como despesas; os salários dos servidores são considerados exorbitantes, pois são vistos pela métrica do "custo x benefício", e a noção de desenvolvimento é vista basicamente pelo prisma do crescimento econômico.

**O Fórum de Reitores das Universidades Estaduais da Bahia** reafirma, assim, o seu repúdio a esse editorial por entender, de acordo com seus princípios, o papel emancipatório da educação superior, que possibilita a formação de cidadãos e a sua ascensão, não somente na dimensão econômica, mas pela participação política e atuação social.

Este Fórum entende que o caminho é a via oposta à orientação simplista desse editorial, o que significa investimento na educação básica, fundamental e na educação superior, qualificação dos seus servidores, aprimoramentos infraestruturais e de equipamentos, consolidação da pesquisa, revisão contextualizada e constante dos currículos, melhoria das condições para uma extensão que torne a universidade organicamente social e a ampliação das condições para que as universidades se tornem populares, inclusivas e de qualidade.

**O Fórum de Reitores das Universidades Estaduais da Bahia** defende esses princípios e, na crença da educação superior como caminho de transformação social, continuará atuando e se manifestando em prol do fortalecimento da **UNIVERSIDADE PÚBLICA, DE QUALIDADE E GRATUITA.**